

ATA DA TRIGÉSSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, na Sala nº 502 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e vinte e cinco minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública – CGFNSP reuniu-se em sessão extraordinária, com a presença dos seguintes membros: Ricardo Brisolla Balestreri, representante titular da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e Presidente do CGFNSP; Sylvio de Andrade Junior, representante suplente do Ministério da Justiça; Carlos Humberto Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República; Edilson Fernandes da Cruz, representante suplente do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ausente justificadamente o representante da Procuradoria-Geral da República. Participaram também da Sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O Presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação de atas pendentes; 2) Apreciação de 07 projetos estaduais; 3) Autorização para aquisição direta de Equipamentos e Softwares para Exames Forenses de Informática para todas as Unidades Federativas; 4) Autorização para celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre a SENASP e a UNESCO; e 5) Autorização para realização de despesa referente ao credenciamento e contratação de 11 (onze) Instituições de Ensino Superior para ministrar Cursos Superiores de Tecnologia em Segurança Pública, sendo 09 na modalidade presencial e 02 na modalidade à distância.

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, o Presidente informou que alguns conselheiros não tiveram tempo de apreciar as atas pendentes, por este motivo a votação seria realizada na próxima reunião (item 1). Em seguida, ele propôs a antecipação do item 3 da pauta, porque os demais itens estavam relacionados à área de valorização profissional. O Conselheiro Felipe Daruich Neto também pediu que o item 2 fosse apresentado por último. Com a aquiescência do Colegiado, a palavra foi passada para o servidor Edson Wagner de Sousa Barroso. Antes de apresentar o assunto em Pauta, o referido servidor recordou que na reunião anterior apresentou extra pauta o pedido de autorização para aquisição direta de reagentes próprios para as Unidades Laboratoriais de DNA Forense dos Estados e do Distrito Federal, que objetivava: 1) promover a estruturação de sistema de banco de dados genéticos nos citados locais; 2) constituir banco de dados e base de informações da Rede Integrada de Perfis Genéticos, de iniciativa do MJ, por meio da SENASP e da Polícia Federal, em cooperação com os Estados e o DF; 3) melhorar a qualidade dos serviços prestados à comunidade. O servidor acrescentou que quando fez a exposição do assunto informou que as aquisições estavam divididas em dois processos (08020.005591/2009-21 e 08020.005594/2010-65) que foram ricamente detalhados na Nota Técnica do pleito. Porém, por equívoco, no mencionado documento não constou a soma dos dois processos. Deste modo, a aprovação contemplou apenas parte do pleito, motivo pelo qual, foi enviado aos Conselheiros uma nova Nota Técnica explicando somente o Processo nº 08020.005594/2010-65 que foi estimado em R\$ 796.200,00 (setecentos e noventa e seis mil e duzentos reais). Após as retificações, o Conselheiro Felipe Daruich Neto informou que se absteria de votar, porque não estava presente quando o mérito foi discutido, sendo assim, o pedido foi aprovado por maioria. Na sequência, o citado servidor apresentou o item 3 da pauta que versa sobre a aquisição direta de Equipamentos e Softwares para exames de Informática Forense pelos Órgãos / Unidades Periciais dos Estados e do Distrito Federal. Na exposição o servidor destacou que: a) a perícia brasileira trabalha atualmente com 32 especialidades forenses diferentes, como, por exemplo, a balística, a documentoscopia, a toxicologia, a informática, dentre outras; b) a informática forense é uma das especialidades que vem ganhando cada vez mais importância no País porque os crimes cibernéticos, apesar de não causarem violência física, provocam grandes prejuízos econômicos ao País. Neste contexto, foi declarado que no ranking mundial, o Brasil ocupa o terceiro lugar dos países que mais apresentam índices de crimes eletrônicos, cibernéticos e digitais; c) as unidades de criminalística que monitoram as infrações cometidas no âmbito da internet, como por exemplo, os crimes de pedofilia, evidenciam o crescimento exponencial, desse tipo de delito com o

emprego de rede de computadores e softwares; d) a SENASP promoveu no ano passado o primeiro curso teórico-prático de Introdução à Perícia em Informática, com a participação de peritos de carreira dos Estados e do Distrito Federal. Naquela oportunidade, foi solicitado ao grupo de profissionais que apresentasse de maneira uniformizada pelo menos um conjunto de equipamentos que tornasse cada UF igualmente operativa no combate aos crimes cibernéticos, eletrônicos e digitais. O objetivo maior, num segundo momento, é colocar os computadores/softwares que serão adquiridos em rede para ampliar a elucidação de crimes cibernéticos, vez que uma UF poderá visualizar os registros de outra UF e desse modo poderá localizar criminosos que migrarem de um local para o outro; e) a proposta da SENASP é contemplar cada UF com um conjunto idêntico de computador e softwares, no mais alto padrão tecnológico existente, em termos de perícia de informática, para que os Estados tenham a capacidade de resolver crimes cibernéticos, eletrônicos e digitais, considerados complexos. Finalizando, o servidor esclareceu que disponibilizou uma nota técnica complementar, porque nela foi registrado o valor atualizado das aquisições, a saber: R\$ 2.511.967,50 (dois milhões, quinhentos e onze mil, novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), no âmbito da ação Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais. Aberta a palavra, os conselheiros fizeram diversos questionamentos sobre o tema, como, por exemplo: as características e alcance dos equipamentos solicitados; a atual infra-estrutura dos Estados, no que concerne ao enfretamento dos crimes em questão; exemplificação de crimes complexos; a capacidade de manuseio dos equipamentos e softwares; a perspectiva de instalação, de integração e de funcionalidade da rede mencionada; combate repressivo e preventivo dos crimes cibernéticos; a obsolescência dos equipamentos, dentre outros. O servidor Wagner esclareceu detalhadamente cada questionamento. Após, o Presidente colocou a proposta em votação que foi aprovada por unanimidade.

Na seqüência, a servidora Juliana Márcia Barroso apresentou o Acordo de Cooperação Técnica entre a SENASP e a UNESCO (item 4), destacando os seguintes pontos: 1) o enquadramento da proposta ao Acórdão 1339/TCU que mudou substantivamente os acordos de cooperação internacional; 2) o objetivo da Cooperação, qual seja: desenvolver e sistematizar conceitos e metodologias visando a implantação de ações de segurança pública e prevenção da violência com o conteúdo de direitos humanos e cultura de paz, consolidando a política de direitos humanos, de polícia comunitária e a área de conhecimento da segurança pública; 3) a Finalidade da Cooperação: institucionalização e consolidação de processos, por exemplo, da Rede RENAESP; Aprimoramento das metodologias; Registro, sistematização e disseminação das experiências; Criação de mecanismos de avaliação e monitoramento, das seguintes políticas: RENAESP, direitos humanos e polícia comunitária; 4) a cooperação justifica-se porque: a) o modelo predominante de policiamento e de segurança é centrado na repressão à violência, na ostensividade, na presença do policial ou em investigação, tais dimensões devem ser observadas, todavia outras práticas e perspectivas que enfoquem a prevenção e a promoção dos direitos devem ser agregadas; b) foram diagnosticadas pela SENASP uma série de carências no campo de formação dos operadores de segurança pública, a saber: precariedade da organização da formação; falta de padronização dos conteúdos formativos; fragilidades dos princípios pedagógicos; insuficiência da qualificação dos instrutores; precariedade e/ou subutilização das estruturas; ausência de integração entre as instituições de ensino; insuficiência da resposta às demandas; 5) espera-se que a parceria contribua significativamente para a consolidação do novo modelo de segurança pública pautado nos princípios da modernidade e da cidadania; 6) recursos necessários: R\$ 21.474.495,00 (vinte e um milhões e quatrocentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), no âmbito da ação denominada Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional, sendo que o cronograma de desembolso será o seguinte: dez/2010: R\$ 126.200,00 (neste exercício, o repasse será o menor em razão do curto prazo restante para a execução); fev/2011: R\$ 7.575.384,70; mar/2012: R\$ 6.886.450,15 e mar/2013: R\$ 6.886.460,15. Franqueada a palavra aos conselheiros foram feitas indagações sobre a memória de cálculo da cooperação, o foco dos produtos a serem produzidos pela cooperação, dentre outras. A servidora Juliana respondeu cada um dos questionamentos. Em seguida, a proposta foi colocada em votação e aprovada sem a necessidade de registros especiais.

Prosseguindo, a servidora Juliana expôs o item 5 que se refere à autorização para realização de despesa referente ao credenciamento e contratação de onze Instituições de Ensino Superior (IES) para ministrar Cursos Superiores de Tecnologia em Segurança Pública. Inicialmente foi explicado que a criação da Rede já foi aprovada, há alguns anos, pelo Conselho Gestor e por isso anualmente os processos relacionados ao escopo da Rede passam pelo Colegiado. A servidora explicou que a finalidade da proposta em apreço é expandir a Rede, já que, o seu objetivo é incluir na RENAESP cursos de graduação tecnológica. A proposta contempla apenas onze IES, porque o curso tem duração de dois anos e na SENASP não há recursos humanos suficientes para fazer monitoramento de um número elevado de contratos. Para melhor entendimento do tema, a servidora recordou que a RENAESP é um projeto de educação continuada a partir da parceria com as IES, cujo objetivo principal abrangia até então o desenvolvimento de especialização em Segurança Pública. A servidora salientou que o objetivo da Rede é democratizar o acesso dos profissionais de segurança pública do país aos processos de aprendizagem; articular o conhecimento prático dos policiais com os conhecimentos produzidos no ambiente acadêmico; difundir e reforçar a construção de uma cultura de segurança pública fundada nos paradigmas da modernidade, bem como incentivar a elaboração de estudos, diagnósticos e pesquisas aplicadas em Segurança Pública. Assim sendo, a pretensão da SENASP é futuramente incluir cursos de mestrados na Rede. A estratégia de implementação da proposta será lançar um edital público para seleção, credenciamento e contratação de IES públicas e privadas: A seleção se dará por meio da avaliação da experiência e da capacidade; Os cursos deverão estar adequados a Matriz Curricular Nacional, a transversalidade dos Direitos Humanos, a apresentação dos conteúdos e metodologias que enfatizam o tema das políticas e das práticas de segurança pública em relação à violência de gênero, a liberdade de orientação sexual e o enfrentamento da homofobia, à igualdade racial e aos direitos étários; no âmbito do MJ foi criada a Comissão Especial da RENAESP; o processo de seleção dos discentes será realizado pela IES de forma isenta, impessoal e transparente; os trabalhos de conclusão de curso elaborados pelos alunos deverão ter como tema as linhas de pesquisa estabelecidas pela SENASP, construídas em função dos eixos estratégicos do Sistema Único de Segurança Pública. A servidora esclareceu que as especificidades da graduação serão definidas em articulação com o Ministério da Educação e Cultura – MEC. Neste contexto, a servidora anunciou que recentemente foi criado no MEC um eixo Tecnológico em segurança e isso trará os seguintes benefícios: a realização de graduação em segurança pública; o reconhecimento dos cursos que são realizados dentro das academias e instituições de ensino da segurança pública, ou seja, os cursos dos policiais terão validade dentro e fora de sua instituição porque o MEC reconheceu o conhecimento que é produzido dentro dessas instituições. Retomando o assunto em pauta, a servidora informou que foi acordado com o MEC que será utilizado o índice do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, para avaliação das IES a serem credenciadas e contratadas; o curso terá a duração de 24 meses referentes a 1.600h/a; Na modalidade presencial serão nove IES, com 40 profissionais por turma, perfazendo um total de 360 alunos, sendo que o custo por pessoa será de R\$ 13.963,60. Na modalidade a distância serão duas IES, com 300 profissionais por turma, totalizando 600 alunos e o custo unitário será de R\$ 9.361,44. Em seguida a servidora ressaltou os resultados esperados, a saber: a) contribuição para o aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública; b) fomentação da produção científica nacional sobre a temática de segurança pública; c) contribuição para o debate de temáticas como: violência de gênero, liberdade de orientação sexual, igualdade racial e direitos étários, no contexto da segurança pública; e) aproximação da Academia com as Instituições de Segurança Pública e, f) inclusão de todos os segmentos da área. Finalizando, foi informado o valor estimado da proposta: R\$ 10.640.160,00 (dez milhões, seiscentos e quarenta mil, cento e sessenta reais), no âmbito da ação denominada Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional, sendo que a previsão de repasse é a seguinte: R\$ 6.320.080,00, em 2011 e R\$ 4.320.080,00, em 2012. Após a explanação, o Presidente colocou a proposta em votação que foi aprovada por unanimidade.

Em seguida, a servidora fez uma abordagem geral das propostas estaduais, abaixo discriminadas, referentes à ação denominada Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional.

	UF	Nº. Proposta SICONV	Objeto do Projeto	Total do Fundo (R\$)
1	SP	83.940/2010	Reestruturação do Laboratório de Línguas e salas de aula da Academia de Polícia Civil do Estado de São Paulo e capacitação de Policiais Cíveis em Curso de Inglês, com vistas a atender as demandas da Copa do Mundo de 2014.	914.754,54
2	RS	83658/2010	Reestruturação da Academia de Polícia Militar e Escola de Bombeiros Militar e capacitação de profissionais Bombeiros e Policiais Militares.	1.462.291,00
3	DF	83179/2010	Capacitação e Valorização dos Profissionais de Segurança Pública do Distrito Federal e o reaparelhamento das Academias de Ensino, com foco no evento da Copa do Mundo de 2014.	1.607.588,32
4	BA	83970/2010	Capacitação de Profissionais de Segurança Pública do Estado da Bahia e Reaparelhamento da Academia de Polícia Militar da Bahia com foco no evento da Copa do Mundo de 2014	2.002.311,47
5	SP	83626/2010	Capacitação, treinamento e qualificação profissional dos operadores de Segurança Pública do Estado de São Paulo e reaparelhamento dos Órgãos Gestores de Cursos das unidades policiais responsáveis pelo desenvolvimento de capacitação continuada, com foco na Copa de 2014.	2.943.178,11
6	PR	83773/2010	Estruturação da Academia de Policial Militar do Guatupê, da PMPR, e capacitação de profissionais de Segurança Pública do Estado do Paraná, com foco para o evento Copa do Mundo FIFA 2014.	1.596.474,60
7	PR	83742/2010	Capacitação dos profissionais Bombeiros Militares em Sistemas de Comando de Incidentes, com foco na Copa do Mundo de 2014	227.445,00
Total Geral				10.754.043,04

Durante a exposição, a servidora informou que a política adotada pela SENASP, na área de valorização e no que se refere aos projetos estaduais, foi amplamente explicada na reunião anterior, assim sendo, ela rapidamente recordou os principais pontos salientados na citada reunião, quais sejam: projetos com foco nos grandes eventos de 2014 e 2016, cujo foco seja a realização de ações de educação para Polícia Civil, Militar e Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal e Perícia, nas modalidades: formação, atualização e aperfeiçoamento, especialização e graduação; apoio ao desenvolvimento de atividades educacionais diversas – seminários, oficinas de trabalho, dentre outros; e reestruturação das Escolas, Centros e Academias de Polícia. Aberta a palavra, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira observou que nas Notas Técnicas inseridas no Portal de Convênios, não constavam a assinatura do Secretário Nacional de Segurança Pública. Na seqüência, foram esclarecidas as dúvidas pertinentes às propostas, e após os pleitos foram aprovados por unanimidade.

Encerrados os assuntos da Pauta, o Presidente informou que alguns meses atrás o colegiado aprovou o pedido de aquisição direta para o Projeto Hidroviário, entretanto, naquela ocasião, foi solicitado, pelos Conselheiros, que a SENASP reavaliasse o ritmo de implementação do projeto para evitar que a política de guardamento costeiro fosse implantada de modo inadequado. Diante disso, ele solicitou à equipe técnica da SENASP que reavaliasse o montante dos equipamentos solicitados e revisasse o projeto aprovado, visando reduzir as aquisições para uma quantidade mínima. Após as adequações, houve uma economia de recursos, diante desse fato foi sugerido pelo Presidente que se fizesse uma ampliação daquele projeto que foi aprovado sem restrições. Assim sendo, o projeto escolhido foi o de aquisição direta de veículos para Policiamento com Motos. Isto posto, o Presidente solicitou a inclusão extra pauta do pedido de ampliação do quantitativo do mencionado projeto, vez que o mérito do mesmo já havia sido avaliado pelos Conselheiros. Com a aquiescência do Colegiado, o servidor Alex Jorge das Neves explicou que a SENASP optou por ampliar as aquisições das motos porque a demanda por este tipo de veículo foi muito maior do que a apresentada, uma vez que ela foi pautada a partir do valor disponibilizado. Além disso, por ocasião da realização do pregão eletrônico visando à compra do quantitativo já aprovado, o preço vencedor ficou bem abaixo do valor cotado. Assim sendo, será possível adquirir mais 629 motos com os recursos economizados no pregão e no projeto hidroviário. O servidor informou que o valor estimado para este acréscimo é de R\$ 11.400.000,00 (onze milhões e quatrocentos

mil reais), no âmbito da ação denominada Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança. Na seqüência, a proposta foi aprovada sem a necessidade de registros especiais.

Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às dezenove horas e cinquenta minutos deste dia. E, para constar, esta Ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

Ricardo Brisolla Balestreri
Presidente do CGFNSP

Sylvio de Andrade Junior
Ministério da Justiça

Felipe Daruich Neto
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Carlos Humberto Oliveira
Casa Civil da Presidência da República

Edilson Fernandes da Cruz
Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Não representada
Procuradoria-Geral da República